

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS,
REALIZADA EM 30 JUNHO DE 2006**

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. *Sessão de Informação sobre a Estratégia de Lisboa;*-----
- 2. *Modificações Orçamentais – 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006;*-----
- 3. *Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2006;*-----
- 4. *Contratação de empréstimo de longo prazo, de 500 000 euros destinados à aquisição de terrenos na Várzea e Zona Industrial de Porto de Mós;*-----
- 5. *Aditamento à deliberação da Assembleia Municipal de 17.02.2006, de suspensão do PDM;*-----
- 6. *Autorização para abertura de concurso na área dos Seguros, em cumprimento do disposto na alínea a) e b) do nº 1 e nº 6 do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de Junho;*-----
- 7. *Regulamento das Piscinas Municipais;*-----
- 8. *Adesão ao Sistema de Abastecimento “Águas do Mondego”;*-----
- 9. *Projecto “IC9 – EN1/Nó de Fátima (A1) e Variante à EN 243 em Porto de Mós e IC9 – Fátima (A1)/Ourém (Alburitel)” – Declaração de Impacte Ambiental;*-----
- 10. *Proposta de Protocolo apresentada pela Fundação Batalha de Aljubarrota;*-----
- 11. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: Arlindo Manuel Cordeiro Ferraria - Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga (P.P.D./P.S.D.- Falta); José Ferreira da Silva Coelho (PPD/PSD – Falta); Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD – Falta); Manuel Carvalho Amado – Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal (PPD/PSD – Falta); Rita Isabel da Silva Pereira (P.S. – Falta).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso e Irene Maria Pereira, a Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. LEITURA DO EXPEDIENTE:

O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Fez ainda menção à carta que **Nuno Miguel Moleiro Oliveira (P.S.)** enviou manifestando a vontade de renunciar ao mandato, aceitando-a e processando-se a substituição nos termos do artigo 79º da mesma lei. Assim e encontrando-se presente **Gisela Rute Rosa Ferreira**, cidadã imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, foi a mesma empossada, tendo apresentado o bilhete de identidade nº 10645256 emitido em 01.10.2001 pelos SIC de Leiria e NIF 199 006 628.

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** fez referência ao falecimento da Drª. Juíza Ruth Garcez, tendo pedido um minuto de silêncio em sua homenagem, tendo posteriormente passado a ler um documento apresentado e subscrito por todos os membros da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve,

HOMENAGEM PÓSTUMA

A Exma. Senhora Doutora Veneranda Juíza Desembargadora Maria Ruth Pereira Garcez, nasceu em 1934, na cidade de Lourenço Marques, actualmente designada Maputo em Moçambique.

Iniciou o curso de Direito aos 17 anos na Universidade de Coimbra tendo-o terminado em 1956, data em que casou.

Regressou à sua terra natal em 1958, onde se instalou no seu escritório, tendo aí exercido advocacia durante 20 anos.

Com o processo de descolonização perdeu o seu escritório, tendo então voltado a Portugal onde passou tempos difíceis.

Mãe de uma única filha e com esta a frequentar o curso de Direito, arranja emprego temporário no Ministério das Finanças.

Mas insatisfeita, é aos 42 anos que resolve ingressar na Magistratura Judicial, inscrevendo-se e vindo a frequentar o primeiro curso do Centro de Estudos Judiciários onde foram admitidas mulheres.

É nesta ocasião que nasce **primeira juíza** em Portugal, profissão vedada às mulheres antes do 25 de Abril de 1974.

Começa aqui a revelar-se uma das suas características mais importantes, a coragem, pois após ter terminado o estágio teve de recorrer da sua avaliação, tendo esta sido a sua primeira batalha a ser ganha.

Posteriormente passa fugazmente pelo Tribunal de Leiria.

E é por volta de 1980 que vem assumir o lugar de juíza titular do Tribunal de primeira instância em Porto de Mós.

Foi amor à primeira vista, pois assim que se fixou não mais abandonou esta terra, onde aqui jaz desde o dia da sua morte – 10 de Junho de 2006.

Como juíza era conhecida pela "justiceira" – pelo sentido apurado de justiça que possuía, característica essencial a qualquer magistrado judicial.

Contudo, sendo magistrada, era acima de tudo uma Mulher de princípios e valores pelos quais se pautava, e os quais defendia com garra e persistência, tais como o sentido da justiça, respeito pelo outro e pela diferença, honestidade, responsabilidade, solidariedade, amor e dedicação ao seu trabalho.

Amava a sua profissão e durante o seu percurso passados treze anos, em Setembro de 1993, dá mais um contributo para a história da magistratura portuguesa e vem a ser a Primeira Juíza Desembargadora em Portugal, onde desempenhou as funções no Tribunal da Relação de Lisboa.

Mantendo contudo a sua residência na sua terra Natal adoptada, nesta vila de Porto de Mós, onde durante todo o seu processo de vida criou inúmeros amigos que adoptou como família.

Como juíza respeitava e era respeitada por toda a família judicial (funcionários, magistrados e advogados) o que não é vulgar acontecer.

Todavia a sua carreira profissional não lhe permitiu vir a ser a primeira juíza conselheira do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Supremo Tribunal de Justiça e mais uma vez se revoltou contra o sistema, vindo a reformar-se por atingir o limite de idade em 2004.

No entanto por mérito próprio em 16 de Abril de 2002 foi condecorada por Sua Ex.^a o Presidente da República como Grande Oficial da Ordem de Mérito, distinção que visa galardoar actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções.

Em 2005 editou um caderno intitulado "Eu Juiz me Confesso" onde descreve o seu trajecto de 27 anos e demonstra a sua rebeldia contra o sistema judicial instituído.

Foi ainda fundadora da Associação Portuguesa de Mulheres Juizes.

Para além da justiça tinha como paixões o Fado e a Poesia, curiosamente tão ilustre portomosense veio a falecer no dia de Portugal, aos 71 anos de idade, mãe de uma filha e avós de dois netos e possuidora de um imenso universo de amigos, a maior parte dos quais portomosenses.

Faleceu a matriarca da magistratura portuguesa, que dedicou a sua vida à justiça e à defesa dos seus ideais.

Por mérito próprio foi um marco na história das mulheres portuguesas e uma referência para os portomosenses.

Porto de Mós está mais pobre por ter perdido tão ilustre e honrada cidadã.

A nós só nos resta dizer obrigado a V. Ex.^a Veneranda Juíza Desembargadora Ruth Garcez por nos ter escolhido como concidadãos e até sempre!

Os Deputados da Assembleia Municipal de Porto de Mós.

3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:

Posta a votação, e não tendo havido intervenções, foi a acta da sessão ordinária realizada em 21.04.2006, **aprovada por maioria, com abstenção de Vítor Louro Cordeiro.**

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se à mesma, alertou os membros da Assembleia para o cumprimento dos tempos de intervenção, previstos no Regimento.

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1. Sessão de Informação sobre a Estratégia de Lisboa:

Entrando na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a explicar a razão de ser da sessão de informação que se seguia, conduzida pela **Dr^a Isabel Ana Isabel Xavier** em representação do Centro Jacques Delors, e que será a primeira de mil que se realizarão no país inteiro, agradecendo e manifestando o seu contentamento por ter sido esta Assembleia a iniciar este ciclo.

Tendo dado a palavra à **Dr^a Isabel Ana Isabel Xavier** esta começou por explicar o que é a estratégia de Lisboa dizendo que em Março de 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foi definida uma estratégia para a UE, elegendo o emprego, as reformas económicas e a coesão social como partes integrantes de uma economia baseada no conhecimento. Com esta estratégia, vulgarmente designada de Estratégia de Lisboa, a UE pretende tornar-se na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

António Pereira Carvalho (P.S.) e **Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP)** teceram alguns comentários à exposição que foi efectuada, tendo a última realçado a importância que teve para o País o acesso à formação.

António José Meneses Teixeira (P.S.) acrescentou ainda que neste momento em Portugal se verifica um fosso cada vez maior entre pobres e ricos embora a Estratégia de Lisboa aponte para o contrário.

4. 2. Modificações Orçamentais – 1^a Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006 e 4. 3. Modificações Orçamentais – 1^a Revisão ao Orçamento para o ano de 2006;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara cumprimentou a mesa da Assembleia Municipal bem como todos os presentes tendo depois dado a palavra ao senhor Vice-presidente, por ser ele o vereador com o pelouro da Economia e Finanças e que acompanhou os trabalhos de revisão. -----

-----Usando da palavra o senhor Vice-Presidente explicou as razões que levaram a estas revisões reiterando que ainda aqui está bem presente a vontade que norteou a realização do orçamento, ou seja, afectar o máximo possível de recursos a investimento e o mínimo possível a despesas.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):** -----

-----**António José Meneses Teixeira (P.S.):** -----

-----Referiu que as alterações têm a ver com o património alertando que algum do espólio deixado pelo senhor Furriel pertence a outros concelhos, pelo que pode haver problemas com o IPA aconselhando que deve ser feito o depósito legal rapidamente. -----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que isso está a ser feito, pelo que e atendendo à dedicação do Furriel não se iriam agora levantar problemas. -----

-----Não havendo mais intervenções, foram os pontos 2 e 3 postos a votação separadamente: tendo sido a **1ª Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006** aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 15 abstenções e a **1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2006** igualmente aprovada por maioria com 13 votos a favor e 15 abstenções.-----

-----**4.4. Contratação de empréstimo de longo prazo, de 500 000 euros destinados à aquisição de terrenos na Várzea e Zona Industrial de Porto de Mós:**-----

O senhor Presidente da Câmara referiu a necessidade da contratação do empréstimo referindo quais os terrenos que estão em causa tendo o senhor Vereador Jorge Cardoso apresentado plantas com a indicação de quais os terrenos a adquirir. Mencionou ainda que na Várzea, do lado contrário onde têm lugar as Festas de S. Pedro a bitola aponta para 10 euros/m², colocando a hipótese de ter que se recorrer à expropriação. Fez ainda referencia ao início da 3ª fase da zona industrial de Porto de Mós, realçando que os lotes que têm já não chegam, havendo grande necessidade de adquirir terrenos naquela zona e a necessidade de contratação de empréstimo para desenvolvimento do concelho.-----

-----Assim, verificou-se, na sequência de consulta efectuada e de acordo com as propostas apresentadas, que a instituição de crédito que oferece as melhores condições, para o prazo global até 20 anos é a Caixa Geral de Depósitos.-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PPD/PSD):** -----

-----Manifestou alguma dificuldade de análise tendo em conta o que tem vindo a ser apresentado sobre as dificuldades financeiras que o município tem enfrentado nestes últimos sete meses, perguntando se o executivo já saneou financeiramente a Câmara Municipal e se as receitas irão aumentar tanto que permitam mais encargos para o município. Acrescentou ainda que para aumentar a zona Industrial até percebe que se faça um esforço, mas para comprar terrenos na Várzea acha que não é a altura ideal, terminando por dizer que se lhe provarem que as contas estão regularizadas estará em condições de, na próxima Assembleia Municipal aprovar uma proposta para aquisição de terrenos na Zona Industrial. -----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):** -----

-----Manifestou o seu apoio a esta proposta de contracção de empréstimo, não só para a aquisição de nos lotes para a zona industrial, mas também para o embelezamento da vila com a construção do novo jardim, até para atrair novos turistas. Considerou necessário o empréstimo terminando por dizer que se se vai sobrecarregar a Câmara Municipal, também vai

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haver mais valias daí resultantes. -----

-----**Vítor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Manifestou o seu apoio à contracção do empréstimo, dizendo para além da necessidade de aquisição dos lotes para a zona industrial é também necessário ajardinar a zona em frente à esplanada. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (PPD/PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso:**-----

-----Disse concordar com a aquisição de terrenos para a zona industrial de Porto de Mós, no entanto e pergunta, considerando que estão disponíveis para venda os lotes da segunda fase, se não seria de vendê-los primeiro. -----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra para referir que vários municípios ficaram impedidos de recorrer a empréstimos bancários, o que não é felizmente o caso de Porto de Mós. Mencionou ainda que o Parque Industrial tem 15 lotes concluídos para venda, sendo esse valor superior a 500 mil euros, pelo que não faz sentido endividar o município. Disse ainda estranhar o empréstimo a 20 anos, a não ser que se pense demorar 20 anos a vender os lotes. Referiu ainda o estado das finanças, dizendo que se está a fazer o contrário do que foi prometido – resistência à tentação de gastar. -----

-----Disse que votará favoravelmente um empréstimo quando vier aqui uma proposta que considere estritamente necessária, como o saneamento de Mira de Aire, acrescentando que não sabe porque é que é prioritário a compra de terrenos na várzea. Quanto aos 500 mil euros, refere que estes representam 2% do orçamento da Câmara. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra respondeu aos anteriores intervenientes, que é necessário pagar os terrenos do Parque Industrial, e dirigindo-se aos membros da PPD/PSD na Assembleia Municipal, que no caso de inviabilizarem a aprovação do empréstimo serão se responsabilizados por travarem o desenvolvimento do concelho. No que se refere ao Parque Verde o jardim será feito, a candidatura já está efectuada. Acrescentou ainda que não irá abdicar do desenvolvimento de Porto de Mós, e que o ónus político será do PSD porque a população vai saber que estão a travar o desenvolvimento do concelho, estando a inviabilizar a fixação de novas empresas no concelho.-----

-----Colocado que foi a votação o presente ponto da ordem de trabalhos, foi o mesmo aprovado **por maioria de 13 votos a favor, 3 abstenções e 12 votos contra.**-----

-----O PPD/PSD apresentou declaração de voto escrita que a seguir se transcreve:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

-----A razão que levou o PSD a rejeitar o empréstimo de € 500 000.00 apresentado a esta Assembleia pelo Executivo Camarário, prende-se com os factos que passamos a descrever: -----

-----Considerando a forma calamitosa como foi apresentada a situação financeira da Câmara Municipal de Porto de Mos, chegando a ser afirmado, por alto responsável do Executivo, que o património da Câmara estava em risco de vir a ser penhorado, não faz qualquer sentido estar a pensar-se em adquirir terrenos na Várzea de Porto de Mós, sem a qual a situação financeira melhora ou se venha a assumir publicamente que afinal a situação não era assim tão grave.-----

-----Quanto aos terrenos na Zona Industrial de Porto de Mós, os eleitos do PSD são, agora como no passado, os primeiros a defender o seu alargamento para assim podermos criar mais postos de trabalho, por se tratar de uma necessidade premente no nosso concelho.-----No entanto:-----

-----Considerando a forma como foi apresentado, pelo senhor Vice-Presidente, o Orçamento de rigor para 2006, chegando este a proferir as declarações que passamos a transcrever:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Orçamento Estratégico:-----

Manter a situação financeira da CM os níveis em que ela se encontra é comprometer decisivamente o desenvolvimento futuro, é iludir a realidade, é irresponsabilidade dos que têm que decidir, é contribuir para a degradação da imagem e da credibilidade da Autarquia.-----

-----Manter o descontrolo orçamental
leva a mais descontrolo financeiro grave e a dificuldades acrescidas para a resolução dos problemas daí decorrentes.-----

O executivo camarário sabe que é urgente reequilibrar as finanças e que isso passa por apresentar um orçamento restritivo e sério. É preciso convencemo-nos todos que não há alternativa a uma política de rigor financeiro da CM, sob pena de adiarmos por mais tempo as obras de que precisamos.-----

-----Orçamento ambicioso:-----

O orçamento para 2006 contém previsões optimistas e ambiciosas. Na verdade, para alcançar as metas aí programadas é preciso ambição e também muita coragem do executivo.-----

-----Orçamento Razoável:-----

O Orçamento que temos pela frente é de realização difícil. Eu sei-o bem. Mas sei também que é possível conseguir o objectivo, dentro das variações ou desvios considerados normais se todos nos consciencializarmos que é destes ajustamentos financeiros de que Porto de Mós, precisa e sem os quais não vale a pena sonhar com as grandes obras estruturantes há muito esperadas."-----

-----E quando lhe foi perguntado se não estaria previsto nenhum empréstimo, foi afirmado que não.-----

-----Considerando que a segunda fase da Zona Industrial, praticamente adquirida e paga pelo executivo anterior, tem a possibilidade de aí serem instaladas várias empresas, não faz sentido estar a comprometer a Câmara Municipal com empréstimo, tendo a mesma as dificuldades de tesouraria várias vezes assumidas. -----

Considerando que na última assembleia municipal foi assumido pelo senhor Presidente um défice mensal de 30 000 contos, juntar a este suposto défice mais um encargo financeiro, quando a Câmara já tem os terrenos adquiridos para o fim agora solicitado, não nos parece correcto.-----

-----Considerando que o empréstimo se destina à aquisição de lotes, cuja finalidade é a venda no curto prazo, não nos parece razoável efectuar um financiamento por um prazo superior a 5 anos, dado que o produto da venda será realizado dentro deste prazo.

-----Porto de Mós 30 de Junho de 2006.-----Os
eleitos do PSD à Assembleia Municipal.-----

Face a esta declaração o senhor Presidente da Câmara respondeu, questionando os Presidentes das Junta de Freguesia de S. Pedro e de S. João Baptista, sobre o que pensavam do desenvolvimento para a sua terra.-----

-----O senhor Vice Presidente interveio também para dizer que não viessem acenar agora com dificuldades financeiras, porque elas vão continuar, esclarecendo que aquilo de que sempre falou foi de dividas de curto prazo e não de investimento.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S.)** usou também da palavra tendo afirmado que o grupo de PSD tem medo que o executivo realize o seu plano e cumpra o seu programa tendo **José Jorge Couto Vala (PPD/PSD)** considerado que este membro estaria a faltar ao respeito a esta Assembleia Municipal ao dirigir-se-lhe deste modo tendo abandonado a sala.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** após este episódio, chamou a atenção aos membros presentes na sala pedindo que o que aqui se passou não voltasse a repetir-se ou suspenderia os trabalhos. -----

-----4.5. Aditamento à deliberação da Assembleia Municipal de 17.02.2006, de suspensão do PDM:-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra primeiro para cumprimentar o senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CCDRC de operações de loteamento e obras de urbanização; de obras de construção civil, ampliação e reconstrução, com excepção das que estejam sujeitas apenas a um procedimento de comunicação prévia à Câmara Municipal; trabalhos de remodelação de terrenos; obras de demolição de edificações existentes, excepto as que, por regulamento municipal possam ser dispensadas de licença ou autorização e derrube de árvores em maciço ou destruição do solo e do coberto vegetal, pelo que o processo ficará condicionado por determinadas regras e não aberto a qualquer situação.

-----**António Manuel de Sousa Pires (P.S.D.):**-----

-----Usou da palavra para dizer que se está a aprovar uma medida para suspender o PDM pensando no que pode e deve ser o tecido empresarial do concelho. Perguntou ainda se esta instalação industrial já é certa ou se está ainda no plano das hipóteses, bem como se for o caso de não chegar a haver instalação se a suspensão se mantém.

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro**

-----**Mariano (CDS/PP):**-----

-----Manifestou o seu contentamento relativamente à iniciativa tomada, dizendo que não podemos abdicar deste projecto em prol do desenvolvimento do concelho.

-----**José Ferreira da Silva Coelho (PPD/PSD):**-----

-----Referiu que a indústria do concelho está cada vez mais debilitada e que nos últimos quatro anos tem havido uma grande derrocada, principalmente no sector cerâmico. O tecido empresarial que existe hoje ainda vai sofrer mais alguns abalos, pelo que é extremamente importante acarinhar estas iniciativas, realçando a importância que terá a celeridade do processo.

-----**José**

-----**Carlos Fiel Amado Miguel (PPD/PSD – Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro):**-----

-----Congratulou-se com a iniciativa considerando ser uma mais valia para o concelho que a empresa em causa aqui fique sediada.

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Congratulou-se com a iniciativa, questionando a Câmara sobre se a empresa não se chegar a instalar, se a suspensão se mantém.

-----**O senhor Presidente**

-----**da Câmara** respondeu dizendo que todos estão de acordo com a necessidade de instalação de novas empresas. Fez ainda uma prelecção relativamente às empresas do concelho e à situação precária em que algumas se encontram, penalizando as populações com o desemprego, pelo que qualquer empresa que se pretenda instalar no concelho será bem vinda. Esta empresa, dada a área que vai ocupar não pode ir para a zona industrial porque ocuparia quase toda a área da 2ª fase, o que também não interessaria à Câmara Municipal.

-----**O senhor Vereador Jorge Cardoso** esclareceu a Assembleia que a suspensão só terminará quando o novo PDM entrar em vigor. A CCDRC emitirá sempre um parecer obrigatório no caso de esta empresa se instalar.

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos, posto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

4.2 - DESIGNAÇÃO

DA COMISSÃO ALARGADA DE CRIANÇAS E JOVENS DE PORTO DE MÓS, NOS TERMOS DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO:

-----Foi apresentada uma lista conjunta pelos líderes de bancada do PPD/PSD e do PS na Assembleia Municipal propondo os seguintes cidadãos a integrarem a Comissão Alargada de Crianças e Jovens de Porto de Mós: **António Albino Ferreira Filipe de Almeida (P.S.); Drª Olga Cristina Fino Silvestre (PPD/PSD); António Manuel Ferreira de Almeida (P.S.) e Salomé Fino Pinto (P.S.)**.

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Pedi a palavra para tecer dois comentários quanto às Comissões, e que por vezes só nos lembramos delas quando alguma coisa nos faz pensar nelas. Comentou ainda ter-se dirigido ao senhor vereador Rui Neves numa situação de saúde pública, tendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido prontamente atendido, dizendo que devem ser vistas de maneira positiva e devendo-se recorrer a elas sempre que se justifique.

-----Posta a votação a lista única foi a mesma *aprovada por unanimidade*.

4.3 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA JUNTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

-----Foram apresentadas duas listas, uma pelo Grupo de Eleitos pelo PS propondo a senhora *Presidente de Junta de Freguesia de Mira de Aire, Ana Paula Laureano Noivo*, que ficou a ser a *Lista A* e outra pelo Grupo de Eleitos do PPD/PSD propondo o senhor *Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras José Silva Santo* e que ficou a ser a *Lista B*.

-----Postas a votação, a *lista A obteve 12 votos* e a *Lista B obteve 19 votos*, pelo que foi eleito o senhor *Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, José Silva Santo*.

4.4 - INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA E), Nº 1 DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:

-----O senhor Presidente da Câmara fez uma breve referencia aos trabalhos executados pela Câmara Municipal no período que mediou entre esta sessão e a anterior, tendo oportunamente distribuído documento escrito a todos os membros da Assembleia Municipal, que fica devidamente arquivado nestes serviços administrativos.

-----Acentuou alguns aspectos, nomeadamente no que se refere à renegociação em curso dos contratos existentes com as empresas Vodafone/PT e Xerox, bem como ao início do processo de concurso para novos contratos de seguros, relativamente aos funcionários, aos bombeiros e outros, que já não eram revistos há muitos anos. Mencionou ainda o processo de concurso para cedência de exploração do bar e restaurante das piscinas municipais, que tem que ser rentabilizados havendo várias pessoas interessadas.

-----Referiu também o encontro que teve com entidades responsáveis da GNR, com vista à resolução do problema do Quartel de Mira de Aire.

-----Quanto à educação realçou o trabalho do Vereador Rui Neves que vem implementando muitas actividades com muito poucos recursos.

No que se refere à Acção Social, elogiou os técnicos da Câmara Municipal (socióloga, psicóloga e assistente social) que não têm horários para acompanhar os processos do âmbito da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.

-----Fez ainda à menção ao reinício das obras da Pousada da Juventude de Alvados, tendo sido retomadas as negociações entre o empreiteiro e a Movijovem, havendo necessidade de reformular o projecto, uma vez que a pousada não tinha capacidade para receber um autocarro de jovens, sendo que é objectivo da Movijovem inaugurar as obras este ano.

-----Referiu ainda a continuação do acompanhamento do Plano de Ordenamento do PNSAC, dizendo que não é um processo pacífico, por parte de todas as Câmaras Municipais envolvidas, acentuando o sentimento de união que existe entre todas no sentido de não aprovarem o plano por não satisfazer as necessidades e prioridades dos concelhos e das populações, não se prevendo sequer a ampliação de pedreiras existentes.

-----Teceu algumas considerações relativamente ao desenvolvimento do projecto da Central Termoeléctrica, passando o senhor vereador Jorge Cardoso a apresentar o referido projecto, que deverá ser objecto de candidatura.

-----Mencionou ainda a reunião com a Fundação Batalha de Aljubarrota, com vista à redução da área integrada na Zona Especial de Protecção do Campo Militar de S. Jorge, dizendo que os responsáveis se encontram disponíveis para renegociar, mas que é necessária a concordância da senhora ministra e do IPPAR.

-----*José Carlos Fiel Amado Miguel (P.P.D./P.S.D./Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro):*

-----Referindo-se à recuperação do edifício da Central Termoeléctrica, perguntou se o projecto de instalação da Junta de Freguesia de S. Pedro naquele, está abandonado.

-----*António José Meneses Teixeira (P.S.):* -----Usou da palavra para colocar algumas questões relativamente à Carta Arqueológica do Concelho, ao projecto da Central Termoeléctrica bem como à reunião havida com responsáveis da Fundação Batalha de Aljubarrota.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No que toca à Carta Arqueológica, e apesar de o executivo ter mudado nas últimas eleições autárquicas, parabenteia ambos pela realização daquela, acrescentando que aquela Carta só faz sentido com um museu como deve ser e que a Câmara Municipal deve fazer um esforço para criar um depósito legal de património. É importante um novo espaço para museu, uma vez que o actual não tem condições e que esteja previsto que seja no edifício da Central. Fez depois alusão à reunião que o senhor Presidente da Câmara teve com a Fundação Batalha de Aljubarrota e ao desconforto que manifestou com a posição do IPPAR. Acrescentou ainda que o Estado e a Câmara foram destruindo naquela zona o património arqueológico ao longo dos anos, dizendo que ao urbanismo não há património que resista e que é importante que qualquer obra que se faça seja monitorizada, ou seja que tenha que ter acompanhamento arqueológico, considerando ser a carta arqueológica um instrumento fundamental para organização do território.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Manifesta o seu espanto com o que a Câmara Municipal conseguiu fazer em 107 dias de exercício, nomeadamente quanto ao projecto da Central Termoelectrica, estrada velha de Alvados e Bibliomóvel que considera um projecto fantástico. Focou ainda a limpeza do campo de futebol, e a página da Internet que vai ter o cuidado de consultar.-----

Debruçando-se depois sobre o Plano do PNSAC, elogiou o senhor Presidente da Câmara por lhe conseguir dizer não, referindo que a acção do Parque Natural é um entrave ao desenvolvimento.-----

-----Terminou dizendo que o relatório apresentado é a prova de como em 107 dias se põe um concelho a funcionar.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge**

(PPD/PSD):-----

-----Usou da palavra para referir a necessidade da revisão das bocas de incêndio, porque quando são necessárias por vezes não funcionam.-----

-----**Helder**

Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PPD/PSD):-----

-----Disse-se feliz pela reunião havida com a Fundação Batalha de Aljubarrota e pela sua abertura à redução da zona especial de protecção, acrescentando que não é necessário acabar com S. Jorge para preservar a arqueologia que lá houver, dizendo que se está a falar de 99% da população de S. Jorge, pelo que espera bom-senso, e que S. Jorge estagnou porque não se pode construir, mencionando o descontentamento da população.-----

-----**António José Meneses Teixeira (P.S.):**-----

-----Referiu que sempre esteve do lado da população, mas que há aqui uma questão prévia e que aquilo que não foi feito em 30 anos terá que o ser agora.-----

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (PPD/PSD):**-----

-----Referiu que o relatório apresentado comporta mais intenções que obras.-----

-----Fez ainda referencia às obras da Pousada da Juventude em Alvados, que espera serem brevemente retomadas, em prol do desenvolvimento de Alvados. Relativamente a isto disse ainda que seria importante a construção de uma piscina junto à Pousada.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):**-----

-----Usou da palavra dizendo que, estando a falar de 107 dias de executivo, mantém-se o rigor que se impunha aliando as várias vertentes – rigor orçamental, politica de prioridade de obras e projecto de intenções que irá permitir à Câmara Municipal, salvaguardar as candidaturas que lhes permitam a execução. Felicita a Câmara por estar a dar atenção às mais variadas vertentes do desenvolvimento.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra para se pronunciar sobre os trabalhos realizados e pelas intenções manifestadas pelo executivo.-----

-----Quanto à freguesia de Juncal, mencionou a necessidade urgente da construção da casa velório, uma vez que o estudo existe, pedindo celeridade em todo este processo.-----

-----Referiu ainda a aquisição de terrenos na Zona Industrial do Juncal, perguntando ainda se se trata da Fase 1 ou 2 e congratulou-se com a presença, de que se apercebeu, do senhor Presidente da Câmara, naquela zona

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Industrial o que revela grande interesse no processo, para o conhecimento “*in loco*”. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (P.P.D./P.S.D.):** -----

-----Referiu as obras da Estrada da Fonte dos Marcos/Fonte do Oleiro.-----

-----Quando à revisão do PDM, sugeriu que o índice de construção naquelas localidades fosse idêntico aos do limite da vila.-----

-----Mencionou que estão aqui 107 dias de trabalhos que continuam do executivo anterior, o que acha bem.-----

-----Relativamente à Eleição da Assembleia da AMLEI, disse que o senhor Presidente da Câmara fez aqui uma afirmação que não gostou de ouvir, pelo que, não quer que as senhas de presença a que tem direito nos termos da lei, das sessões extraordinárias e que se reportam àquela eleição, lhe sejam pagas, acrescentando que se tiver que as receber, esse valor será entregue aos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós.-----

-----**José Jorge Couto Vala (P.P.D./P.S.D.):** -----

-----Depois de cumprimentar os presentes, manifestou o seu desconhecimento de que a Zona Especial de Protecção do Campo Militar de S. Jorge chegava ao Grupo Meneses, concordando com a redução do mesmo. -----

-----Fez ainda referência ao projecto Leiria Região Digital tendo lido extracto da acta anterior, por forma a esclarecer a situação. -----

-----Falou depois da necessidade de dotar a sala de sessões de equipamento de som, o que permitiria a gravação das sessões, o que além de preservar a palavra dos membros da Assembleia Municipal, facilitaria o trabalho da redacção das actas, tendo afirmado que consultou uma firma da especialidade e que o orçamento que lhe apresentaram importava em 500 euros aproximadamente. -----

-----O senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, dizendo que a recuperação da Central está em curso, e que não está fora de questão a mudança da sede da Junta de Freguesia de S. Pedro para aquele edifício, acrescentando que pessoalmente acha que seria adequado.-----

-----Quando a **António José Meneses Teixeira (P.S.)** respondeu que a questão do depósito legal está a ser estudada. Referiu ainda que a obra que está a ser feita no Campo Militar é excelente e que deverá ser inaugurada ainda este ano. Acha exageradamente grande a zona especial de protecção e ressalta que não está a falar da zona “*non edificandi*”, considerando que do ponto de vista arqueológico ainda há muita coisa para descobrir e que nem tudo está perdido.-----

-----Agradeceu ainda a **Antonieta Mariano (CDS/PP)** dizendo que os funcionários estão motivados e que portanto passados 107 dias teria que haver resultados, sendo os trabalhos executados dentro do horário normal e portanto sem recurso a trabalho extraordinário. -----

-----Relativamente a **Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD)** respondeu relativamente às bocas-de-incêndio que muitas delas foram alteradas para uso indevido havendo algumas situações de roubo de água. -----

-----Manifestou depois preocupação com o abastecimento de água uma vez que os recursos aquíferos estão em baixo, fruto da seca severa que temos vindo a sofrer, bem como a situação crítica em que se encontram os furos JK 3 e JK 7. -----

-----Esclareceu ainda que relativamente à renegociação dos seguros, que revê-los não implica a perda de regalias.-----

-----Fez depois um comentário relativamente aos projectos de intenções referindo que se houvesse mais projectos seriam possíveis mais candidaturas e logo mais financiamentos exemplificando com o pavilhão do Juncal que será objecto de candidatura.-----

-----Concordou depois com **Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD)**, relativamente á urgência na construção da Casa Velório do Juncal.-----

-----Referiu depois a necessidade de aquisição de alguns terrenos para a zona industrial bem como na baixa da Central, falando dos terrenos que aí foram adquiridos verbalmente, mas que não foram escriturados nem pagos, o que terá de ser feito agora.-----

-----Respondendo depois a **António Manuel de Sousa Pires (P.P.D./P.S.D.)**, disse não saber se vai ser possível que os índices de construção sejam idênticos aos dos limites da vila, porque são aglomerados de nível diferente, tendo outras implicações, até a nível fiscal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quando à situação de se dotar a sala de sessões de equipamento, referiu que já foram efectuados ensaios que não deram frutos, mas agradece o contributo. -----

-----5. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (P.S.D.)**-----

-----Questionou o executivo acerca da questão do GTL bem como das obras do PRAUD.-----

-----Concordou que o saneamento de Mira de Aire é uma necessidade e que a sua execução só é possível com apoios comunitários. --

-----Referiu ainda a questão da variante de Porto de Mós dizendo achar que aquela não é a melhor solução e que Porto de Mós fica a perder, devendo passar mais próxima do centro da vila, porque senão as pessoas nem sequer param em Porto de Mós. -----

-----**Vítor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Mostrou a sua indignação pela forma como se tenta denegrir este executivo com coisas de somenos, como seja a eleição da Assembleia da AMLEI, que disse não funcionar e que qualifica de somenos. A este propósito referiu ainda um comentário de José Jorge Couto Vala ao Jornal de Notícias quando este disse que não se pode alienar o inalienável e outro da Vereadora Irene Pereira a outro órgão da Comunicação Social disse a esse propósito que se hipotecou o concelho de Porto de Mós.-----

-----Manifestou ainda a sua discordância relativamente á eleição da mesa desta Assembleia Municipal.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP)** :-----

-----Usou da palavra para colocar algumas questões, nomeadamente quanto à real situação da Associação dos Artesãos. Questionou ainda o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvados acerca das placas toponímicas, perguntando se as ruas já têm nome ou não.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (P.P.D./P.S.D.):**-----

-----Usou da palavra para confirmar as palavras de Vítor Louro Cordeiro, de que se está a trabalhar bem no concelho de Porto de Mós, não só agora como também anteriormente, fazendo referência a um estudo publicado num jornal de Leiria, sobre eficácia da gestão municipal, e que foi desenvolvido com o objectivo de medir a eficiência no caso municipal analisando os recursos e os serviços prestados pelas autarquias ao munícipe e que foi efectuado por dois economistas, professores universitários. Desse estudo resultou que no universo dos 78 municípios compreendidos na região Centro, Leiria aparece em 3º lugar seguida do concelho de Porto de Mós, encontrando-se concelhos vizinhos como Batalha, Pombal, Marinha Grande e outros atrás do nosso.-----

-----Manifestou depois a sua preocupação relativamente aos despejos que são feitos no caminho de Boieira/Vale Penedo.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):**-----

-----Usou da palavra para reforçar as palavras de José Jorge Couto Vala, no que se refere a dotar de equipamento de som a sala de sessões da Assembleia Municipal, acentuando a necessidade de salvaguardar a palavra dos membros da Assembleia que intervêm nas sessões não dando azo assim à deturpação do espírito e letra das suas palavras por erro de elaboração das actas. Assim pensa que a Câmara Municipal deve fazer um esforço para dotar este importante órgão de debate das condições de registo da palavra dos seus intervenientes. -----

-----**José Jorge**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Couto Vala (P.P.D./P.S.D.):-----

-----Perguntou se o horário da biblioteca foi alterada, uma vez que verificou que aquela se encontrava fechada numa segunda feira de tarde.-----

-----Referiu a importância do AMLEI afirmando que não é apenas uma associação esvaziada de poderes, realçando que a questão tem a ver com a representatividade face aos estatutos da AMLEI, e que foi confrontado com uma situação contrária ao que o senhor Presidente da Câmara disse na última sessão desta Assembleia Municipal, lendo a acta da sessão anterior, nessa parte. ----

-----Acrescentou ainda que o que está em causa é a representação do concelho e esse foi o motivo de ter apresentado a impugnação terminando por afirmar que foi reposta a justiça. -----

-----Apresentou depois algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, nomeadamente no que se refere à unificação e extinção de freguesias, e ao facto de casas devolutas irem pagar o dobro do IML. Quanto à compra de terrenos, foi definido plano de pagamentos? No que se refere ao projecto URBCOM, e quanto à implantação de grandes superfícies na área do concelho de Porto de Mós, perguntou se existe alguma estratégia para salvaguarda do comércio tradicional. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a António Manuel Pedroso do Rosário que não foi sua a decisão pela Opção B da variante, mas sim a Câmara Municipal e por unanimidade, uma vez que o objectivo é tirar o trânsito da vila de Porto de Mós. -----

-----No que refere à problemática da AMLEI, referiu que em política é necessário ser-se sério e que as listas foram feitas por acordo das estruturas distritais dos partidos. -----

-----Realçou ainda a importância de os presidentes das Câmaras permanecerem unidos de forma a conseguirem dinheiro financiamento de projectos intermunicipais. -----

-----No que refere à toponímia de Alvados, disse que a razão é haver desentendimento quanto ao brasão da freguesia. -----

-----Comentou ainda o estudo que saiu na comunicação social sobre eficácia da gestão municipal, questionando-o. -----

-----Quanto à gravação das sessões da Assembleia disse ir tentar resolver a situação. -----

-----Quanto à extinção de freguesias a questão é muito complexa e fez ainda um breve comentário sobre a alteração que irá ser efectuada no Código do IML relativamente às casas devolutas.-----

-----Fez depois referência ao plano de pagamento para compra de terrenos, nomeadamente os terrenos comprados ao Dr. Armando Gonçalves, que não estava a ser cumprido e que neste momento já está.-----

-----Comentou depois o projecto URBCOM, um projecto integrado urbanismo/comércio com vista à revitalização do comércio tradicional, esperando que os comerciantes venham a aderir.-----

-----O senhor Vereador Rui Neves referiu que a Biblioteca esteve fechada uma segunda-feira pelo facto de o funcionário que assegurava o seu funcionamento estar abrangido pelo estatuto do trabalhador estudante.-----

-----O senhor Vereador Jorge Cardoso usou da palavra para afirmar que a renovação do GTL já foi pedida.-----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Manuel António Ferreira:-----

-----Questionou o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor Presidente da Câmara sobre a data de pagamento de um terreno que vendeu à Câmara Municipal de Porto de Mós e que o deveria ter sido até final de Fevereiro de 2006.

Rui Marto (Alqueidão da Serra):

Referiu a suspensão do PDM dizendo que esta serve para acelerar aquela área para zona industrial, perguntando em termos de calendarização, quando entra em vigor o Plano revisto.

José Costa (Porto de Mós):

Interveio perguntando se não é possível colocar dois painéis promocionais do Castelo de Porto de Mos na A1.

Fez ainda referência a um possível estacionamento do Rossio de forma a racionalizar o espaço para estacionamento.

Paulo Malhó (Juncal) usou da palavra afirmando que depois da leitura da informação distribuída pelo senhor Presidente da Câmara se concluiu que a Casa dos Calados nem a projecto de intenções chegou, referindo tratar-se de uma casa com 300 anos e que se deve preservar.

MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:

Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações **1. Suspensão Parcial do Plano Director Municipal acompanhada das respectivas medidas preventivas; 2. Designação da Comissão Alargada de Crianças e Jovens de Porto de Mós, nos termos da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro; 3. Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses** tendo estas sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.30 do dia 18 de Fevereiro e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.

